



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	13888.724351/2013-46
<b>Recurso nº</b>	Especial do Contribuinte
<b>Acórdão nº</b>	<b>9202-008.258 – 2ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	23 de outubro de 2019
<b>Matéria</b>	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
<b>Recorrente</b>	THERMIX TRATAMENTO TÉRMICO LTDA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2009 a 31/10/2011

EMPRESAS INTERPOSTAS. SIMULAÇÃO. EXCLUSÃO DO CONTRIBUINTE DO SIMPLES NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO. ILEGITIMIDADE.

Carece o Contribuinte de legitimidade para se valer de compensação relativa a recolhimentos efetuados por terceiros, considerando que o art. 170 do CTN é claro ao tratar da autorização relativa à compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Maria Helena Cotta Cardoso- Presidente.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Mário Pereira de Pinho Filho, Ana Paula Fernandes, Pedro Paulo Pereira Barbosa, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Maurício Nogueira Righetti, João Victor Ribeiro Aldinucci, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Maria Helena Cotta Cardozo (Presidente em Exercício).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Contribuinte contra o Acórdão n. 2401-004.910, proferido pela 1<sup>a</sup> Turma Ordinária da 4<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção do CARF, em 3 de julho de 2017, no qual restou consignada a seguinte ementa, fls. 548:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/01/2009 a 31/10/2011*

*NULIDADE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DAS INFRAÇÕES. INSUBSISTÊNCIA*

*O ato administrativo de lançamento foi motivado pelo conjunto das razões de fato e de direito que carrearam à conclusão contida na acusação fiscal, à luz da legislação tributária compatível com as razões apresentadas no lançamento. O convencimento fiscal está claro, aplicando a legislação que entendeu pertinente ao presente caso.*

*NULIDADE POR AUSÊNCIA DE MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL. INOCORRÊNCIA*

*Eventual vício no Mandado de Procedimento Fiscal MPF não enseja a nulidade do feito, por ser mero instrumento de controle administrativo da fiscalização, especialmente no que diz respeito à competência do Auditor Fiscal para efetuar a apuração do tributo devido.*

*FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO*

*Os acontecimentos descritos no relatório fiscal evidenciam uma situação fática completamente divergente da situação jurídica. Por meio dos documentos é possível firmar a convicção de que as empresas terceirizadas, optantes do SIMPLES, constituem empresas interpostas utilizadas para contratar empregados com o objetivo de se furtar ao pagamento das contribuições previdenciárias.*

*ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO SEBRAE, INCRA E SAT. INSUBSISTÊNCIA*

*Sobre as questões de ilegalidade suscitadas não é permitido o controle de constitucionalidade pela Administração Tributária. Art. 26º do Decreto nº 70.235/77. O mesmo comando pode ser extraído da Súmula CARF nº 2.*

*MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA*

*Restou demonstrada a configuração da conduta tendente sonegar tributos intencionalmente, justificando a qualificação da multa.*

*SUJEIÇÃO PASSIVA SOLIDÁRIA. AFASTAMENTO DO PÓLO PASSIVO. ART. 135 DO CTN.*

*Ante a ausência de prova de configuração dos pressupostos descritos em lei que ensejariam a responsabilidade tributária solidária da pessoa física não sócia, tão somente procuradora da empresa, deve ser a mesma afastada do polo passivo do presente processo administrativo.*

No que se refere ao recurso especial, fls. 597 e seguintes, houve sua admissão, por meio do Despacho de fls. 668 e seguintes, para rediscutir a **Compensação de contribuições recolhidas por empresas interpostas optantes pelo SIMPLES**.

Em seu **recurso, aduz a Contribuinte**, em síntese, que:

- a) entendeu o acórdão recorrido que estaria presente o vínculo empregatício entre ela e os trabalhadores registrados pelas empresas prestadoras de serviço, o que teria levado à formação dos fatos geradores das contribuições previdenciárias contra aquela;*
- b) foi a Recorrente autuada por ter sido considerada contribuinte das contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento dos trabalhadores registrados nas empresas optantes pelo SIMPLES que a ela prestavam serviços;*
- c) impediu o acórdão recorrido que pudessem ser os valores pagos ao Fisco a título de SIMPLES deduzidos das contribuições previdenciárias decorrentes do mesmo fato gerador em razão de regra regulamentar proibitiva do procedimento de compensação;*
- d) De acordo com as razões adotadas no acórdão paradigma, a sistemática diferenciada de recolhimento estatuída em favor das empresas optantes pelo SIMPLES não teria o condão de desnaturar a essência dos créditos tributários por ela recolhidos, de modo que, uma parcela deles teria, inevitavelmente, a identidade de contribuição previdenciária;*
- e) deverá ser o presente recurso especial admitido e, com fundamento nas razões veiculadas no acórdão paradigma, dar-lhe provimento para se reformar o acórdão recorrido, e, assim, determinar-se o abatimento proporcional dos valores recolhidos pelas interpostas pessoas a título de SIMPLES das contribuições previdenciárias constituídas contra a Recorrente.*

Intimada, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou contrarrazões, fls. 676 e seguintes, alegando, em suma:

- a) conforme já explicitado nos autos, não há que se confundir a pessoa jurídica ora contribuinte (THERMIX TRATAMENTO TÉRMICO LTDA) com as empresas optantes do SIMPLES (AMPEG Indústria e Comércio Ltda, MHR Serviços Administrativos Ltda, TW Tratamento Térmico Ltda, UNITRAT Tratamento Térmico Ltda e WI Serviços Administrativos Ltda), a não ser nos casos em que a legislação assim o permitir expressamente;*
- b) destaque-se que não há desconsideração da personalidade jurídica, apenas a constituição do crédito tributário relativo a contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos empregados cedidos por empresas optantes pelo SIMPLES contra a empresa tomadora dos serviços, uma vez que aqui o que se verificou foi uma verdadeira simulação com a finalidade de alterar inadequadamente o sujeito passivo da incidência tributária;*
- c) insta salientar que o procedimento de permitir a compensação de tributos pagos pelas pessoas jurídica optantes pelo SIMPLES,*

*que deveriam em verdade ser tributados pela THERMIX, não encontra amparo em nosso ordenamento jurídico tributário, uma vez que não há previsão legal para tanto;*

*d) caso prejudicadas com o recolhimento indevido de determinado tributo, deve, respeitando as leis, seguir o rito próprio para reaver tais valores solicitando a restituição da quantia indevidamente paga nos termos do que dispõe o art. 165 do CTN, com a possibilidade de compensar tais valores com outros por ela devidos conforme previsão do art. 170 do CTN.*

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz – Relatora

Conheço do recurso, pois se encontra tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade.

Trata-se de Autos de Infração lavrados contra os Recorrentes, apontando infrações decorrentes da suposta falta de recolhimento *i)* das contribuições patronal e para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incapacidade laborativa correspondente aos riscos ambientais do trabalho (AI nº 51.020.549-6); *ii)* das contribuições devidas ao FNDE-Salário Educação, INCRA, SENAI e SEBRAE (AI nº 51.020.550-0); e *iii)* pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (AI nº 51.020.551-8).

De acordo com o constante do Relatório Fiscal, fls. 3, o objeto da empresa Thermix é “industrialização para terceiros de tratamento térmico em metais ferrosos e não ferrosos”.

Além disso, a partir do relato da fiscalização, extrai-se que, **por meio dos elementos de prova de prova demonstrados adiante, foi comprovado que a Thermix não possuía empregados até 11/2011 e se utilizou do artifício da terceirização da mão-de-obra de forma irregular e simulada, com as seguintes microempresas, que se declararam como optantes do simples, assim obtendo vantagem por não estarem sujeitas ao recolhimento das contribuições citadas no item 1 sobre a folha de salários.**

Como se extrai do Despacho de Admissibilidade, a matéria trazida à rediscussão trata unicamente da **Compensação de contribuições recolhidas por empresas interpostas optantes pelo SIMPLES**.

Acerca dos tributos abarcados pelo Simples, a LC 123/2006 assim dispôs:

*Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:*

*I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;*

*II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

*III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;*

*IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

*V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;*

**VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;**

*VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;*

*VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.*

Apesar de o presente lançamento abranger a parte patronal, que é tributo sujeito ao regramento do simples, como bem salientou a Procuradoria, em sede de Contrarrazões, *não há que se confundir a pessoa jurídica ora contribuinte (THERMIX TRATAMENTO TÉRMICO LTDA) com as empresas optantes do SIMPLES (AMPEG Indústria e Comércio Ltda, MHR Serviços Administrativos Ltda, TW Tratamento Térmico Ltda, UNITRAT Tratamento Térmico Ltda e WI Serviços Administrativos Ltda), a não ser nos casos em que a legislação assim o permitir expressamente.*

Assim, merece ser mantida a decisão recorrida, no sentido de que as empresas possuem CNPJs distintos, o que impossibilita o pleito do Contribuinte.

Desse modo, carece o Contribuinte de legitimidade para se valer de compensação relativa a recolhimentos efetuados por terceiros, considerando que o art. 170 do CTN é claro ao tratar da autorização relativa à compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, **do sujeito passivo** contra a Fazenda Pública.

Salienta-se que o Contribuinte não é o sujeito passivo do valor que pleiteia o aproveitamento, razão pela qual não se mostra possível o acolhimento da demanda.

Dante do exposto, voto por conhecer do Recurso Especial interposto pela Contribuinte, e, no mérito, negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz